



O governo Michel Temer alcançou a maior taxa de fidelidade nas votações na Câmara desde o início das gestões petistas, em 2003. Levantamento publicado pelo jornal [O Estado de S. Paulo](#) mostra que Temer obteve em cinco meses de governo, considerando-se inclusive o período da interinidade, uma adesão de 83% dos deputados. Para se ter uma ideia, nessa mesma fase no início de seu segundo mandato, Dilma contava com 63% dos parlamentares na Câmara. Lula,

em sua estreia no Planalto, alcançou o apoio de 80%. Os dados são do Basômetro, ferramenta do Estadão Dados.

A vitória mais importante do peemedebista se deu na última segunda-feira (10), com a aprovação, por 366 votos a 111, da proposta de emenda à Constituição (PEC 241/16) que limita por 20 anos os gastos públicos. Nesse caso, o índice de fidelidade foi de 86,9% entre todos os deputados de partidos que integram a base aliada. Entre os governistas presentes, a taxa chegou a 92,7%, [como mostrou o Congresso em Foco](#).

Segundo reportagem de Adriana Fernandes e Ricardo Brito, Temer quer utilizar a situação confortável na Câmara para acelerar a pauta de votações, em especial a reforma da Previdência. Também estão na lista de prioridades do governo a conclusão do projeto que retira a obrigatoriedade de a Petrobras participar de todas as explorações do pré-sal, a medida provisória (MP) que reforma o ensino médio e o projeto que permite a “venda” de créditos da União, estados e municípios. Além disso, acrescenta o jornal, Temer quer aprovar em breve uma medida provisória, a ser publicada nos próximos dias, que trata da renovação ou devolução das concessões públicas.

De acordo com o *Estadão*, o PMDB e o chamado Centrão – grupo de partidos que integravam também a base aliada de Dilma, mas que depois aderiu ao impeachment – foram fundamentais nesse resultado. Em cinco meses, o apoio do PMDB ao Planalto saltou de 70% para 98%, o do PP, de 62% para 97%.

Mesmo com a vitória folgada na votação da PEC 241, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, prometeu [dificultar a vida dos parlamentares](#) da base que votaram contra a proposta do governo. Segundo a reportagem, o Planalto está mapeando o motivo da insatisfação de governistas. Entre as principais demandas, nomeações em aberto do setor elétrico e nas vice-presidências do Banco do Brasil e da Caixa e a liberação de emendas parlamentares.